

# CFESS Manifesta

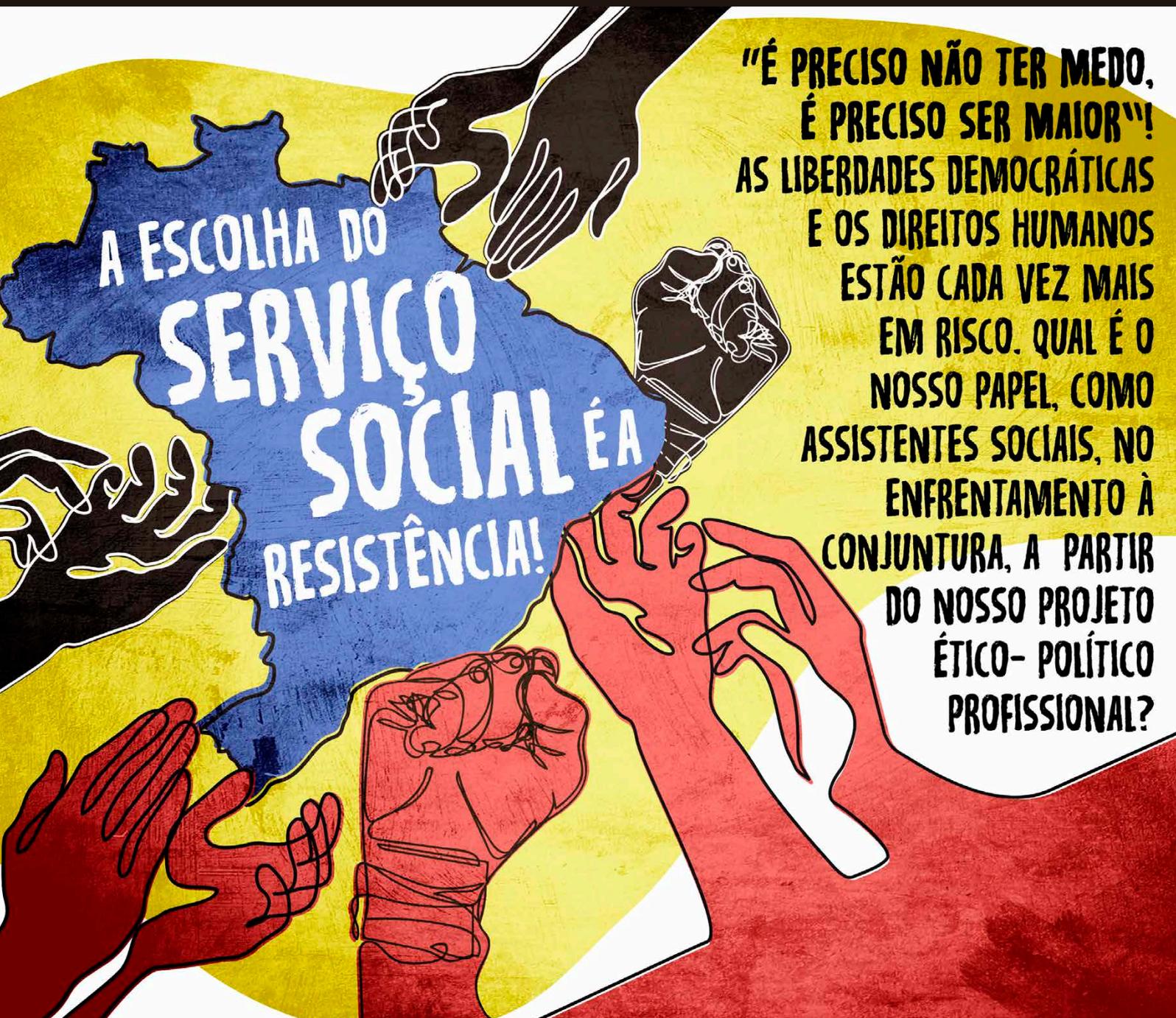
Análise: “É preciso não ter medo, é preciso ser maior”!

Brasília (DF), 22 de outubro de 2018  
Gestão É de batalhas que se vive a vida!



CFESS  
CONSELHO FEDERAL  
DE SERVIÇO SOCIAL

[www.cfess.org.br](http://www.cfess.org.br)



**E**nquanto o Brasil vivencia a agitação das eleições presidenciais do segundo turno, discursos e práticas de violência, ódio, preconceito e discriminação são registrados com uma frequência cada vez maior. Há, nesse mesmo cenário, o fortalecimento do projeto econômico que tende a radicalizar o neoliberalismo e aprofundar a submissão do país ao capitalismo internacional. O que esses cenários têm em comum é o preço a pagar: do cerceamento de liberdades democráticas, da violação dos direitos humanos e da progressiva extinção da proteção social e do trabalho.



O Conselho Federal (CFESS), a partir da direção social do projeto coletivo do Serviço Social, entende que o atual contexto político põe em risco a estrutura democrática do Estado e demais instituições brasileiras, os direitos sociais, as liberdades individuais e coletivas, os direitos de organização e manifestação. Enfim, revela uma perigosa polarização que, se confirmada, poderá levar o país ao aprofundamento das desigualdades sociais e da violência de forma bárbara.

Vários segmentos das classes dominantes e do mercado não se constroem em apoiar e investir no projeto político do autoritarismo, da violência, do ódio e do moralismo, para favorecer seus interesses privatistas. No campo das medidas mais diretamente relacionadas às condições de exploração dos/as trabalhadores/as, destacamos a apropriação do fundo público e precarização dos direitos e das políticas sociais. Seu aprofundamento se evidencia em medidas como o congelamento do orçamento público por 20 anos, instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016; a Reforma Trabalhista e Terceirização Irrestrita e o projeto de Reforma da Previdência, cujo andamento está temporariamente suspenso, devendo ser retomado a qualquer momento pós-eleição presidencial. Como assistentes sociais, somos parte da classe trabalhadora. Por isso, já sentimos as mazelas que nos atingem ao registrar os baixos salários e condições precárias de trabalho na prestação de serviços essenciais à população em diversos espaços ocupacionais.

Viabilizar a destruição dos direitos sociais requer, por sua vez, a construção de um aparato institucional e político essencialmente repressivo, portanto, contrário às liberdades individuais e coletivas que permitam formas de manifestação e resistência, tais como mobilizações de rua, greves e outros meios de pressão. É nesse contexto que se explica a funcionalidade da Lei Antiterrorismo (nº 13.260/2016), que já vem sendo utilizada para criminalizar os movimentos e demais setores políticos organizados na luta por direitos. Na mesma direção, foi publicado o Decreto Presidencial nº 9.527, de 15 de outubro de 2018, que "cria uma força tarefa de inteligência" para enfrentar "organizações criminosas que afrontam o Estado brasileiro e suas instituições" (Art. 1º).

**A nossa resposta coletiva, como assistentes sociais e como sociedade, a essa ofensiva de violência e restrições das liberdades democráticas, não será o medo nem a omissão. Nossa marca é a coragem e, como diz a música do artista Emicida, É PRECISO NÃO TER MEDO, É PRECISO SER MAIOR! É preciso resistir agora, no processo eleitoral e, principalmente depois dele, a todo projeto que venha a restringir os direitos e aprofundar as desigualdades sociais, destruir as liberdades individuais e coletivas da população.**

**O Conselho Federal (CFESS), a partir da direção social do projeto coletivo do Serviço Social, entende que o atual contexto político põe em risco a estrutura democrática do Estado e demais instituições brasileiras, os direitos sociais, as liberdades individuais e coletivas, os direitos de organização e manifestação.**

Na nossa avaliação, o decreto trata-se de um complemento à Lei Antiterrorismo, na medida em que, a depender dos desdobramentos da conjuntura, setores que se posicionam contra as medidas governamentais que suprimem direitos podem ser enquadrados na definição de "organizações criminosas", nos termos do referido decreto. A perspectiva é de suprimir o ambiente democrático, pois, mesmo considerando seus limites, nele a população tem possibilidades de se organizar em oposição a esses ataques.

Tanto a intensificação da exploração do trabalho, quanto dos mecanismos repressivos, explicam, juntamente com outros fatores, que a democracia vem sendo duramente atacada,

ao mesmo tempo em que assistimos horrorizados/as à valorização da ditadura civil-militar no Brasil, vivenciada entre as décadas 1960 e 1980. Isso se faz sem resgatar, no entanto, a memória e as marcas trágicas desse período, que não devem ser esquecidas, assim como o fato de a corrupção, que é apresentada como uma novidade no cenário atual, também já ter sido utilizada como justificativa no contexto do golpe de 1964.

O fato é que os atuais episódios de violência e ódio têm seus contornos renovados e radicalizados, mas são expressões da repressão e intolerância características de regimes autoritários, revigorados em diversos países e que também ganham espaço para se reproduzir nesse processo eleitoral. Vivemos em um país com altos índices de violência e morte, vitimando, com intensidade e frequência cada vez maior, pessoas pobres, negros/as, da periferia, mulheres, gays, lésbicas, transexuais e travestis. Não seremos indiferentes à dor que é imposta a esses segmentos e a toda a população. Não vamos naturalizar ou ratificar a desigualdade, a fome, o abandono, a desproteção e, tampouco, esse contexto de militarização do conjunto da vida social. SOMOS CONTRÁRIOS a toda manifestação de violência, preconceito, intolerância e desprezo aos direitos humanos.

Por isso, REAFIRMAMOS a imperiosa necessidade de promoção de ações e instâncias políticas democráticas e NOS MANIFESTAMOS em defesa da liberdade, da diversidade, da pluralidade, das políticas sociais, dos direitos trabalhistas. A nossa resposta coletiva, como assistentes sociais e como sociedade, a essa ofensiva de violência e restrições das liberdades democráticas, não será o medo nem a omissão. Nossa marca é a coragem e, como diz a música do artista Emicida, É PRECISO NÃO TER MEDO, É PRECISO SER MAIOR! É preciso resistir agora, no processo eleitoral e, principalmente depois dele, a todo projeto que venha a restringir os direitos e aprofundar as desigualdades sociais, destruir as liberdades individuais e coletivas da população.

Nós, assistentes sociais, fazemos parte desse contingente da sociedade brasileira que mudou e se fortaleceu bastante com a vigência da democracia. Assim é que o CFESS reafirma que NOSSA ESCOLHA É A RESISTÊNCIA! Esse caminho permanece atual e urgente.

## Gestão É de Batalhas que se vive a vida! (2017-2020)

**Presidente** Josiane Soares Santos (SE)  
**Vice-presidente** Daniela Neves (RN)  
**1ª Secretária** Tânia Maria Ramos Godoi Diniz (SP)  
**2ª Secretária** Daniela Möller (PR)  
**1ª Tesoureira** Cheila Queiroz (BA)  
**2ª Tesoureira** Elaine Pelaez (RJ)

**Conselho Fiscal**  
 Nazarela Silva do Rêgo Guimarães (BA), Francieli Piva Borsato (MS) e Mariana Furtado Arantes (MG)

**Suplentes**  
 Solange da Silva Moreira (RJ)  
 Daniela Ribeiro Castilho (PA)  
 Régia Prado (CE)  
 Magali Régis Franz (SC)  
 Lylia Rojas (AL)  
 Mauricleia Santos (SP)  
 Joseane Couri (DF)  
 Neimy Batista da Silva (GO)  
 Jane Nagaoka (AM) - licenciada

**CFESS MANIFESTA**  
**Análise: "É preciso não ter medo, é preciso ser maior!"**  
**Conteúdo (aprovado pela diretoria):**  
 Daniela Neves e Daniela Möller  
**Organização:** Comissão de Comunicação  
**Revisão/Diagramação/Ilustrações:**  
 Diogo Adjuto e Rafael Werkema